

# Sistema Eleitoral vota a favor de mandato de 4 anos

Da Sucursal de Brasília

A Subcomissão do Sistema Eleitoral aprovou na madrugada de ontem, por doze votos a oito, um mandato de quatro anos para presidente, dois dias depois de a Subcomissão do Poder Executivo ter aprovado o mandato de cinco anos. Com as comissões já instaladas, iniciando a segunda etapa dos trabalhos constituintes, foi lançado um novo debate: a qual comissão cabe a definição do mandato?

"Não compete à nossa comissão a tarefa de definir o mandato do presidente", disse o relator da Comissão da Organização Eleitoral, deputado Prisco Viana (PMDB-BA), favorável ao mandato de cinco anos,



na primeira reunião de sua comissão. Prisco terá que enfrentar a oposição de pelo menos três constituintes que ajudaram a aprovar o mandato de quatro anos na Subcomissão do Sistema Eleitoral. Eles agora estão na sua comissão. Entre estes constituintes está o relator da Subcomissão, Francisco Rossi (PTB-SP), que pediu os quatro anos em seu relatório.

Para excluir o debate sobre o mandato da sua comissão, Prisco Viana pretende levantar uma questão preliminar. Se perder, afirmou que vai defender um mandato de cinco anos. "Nossa comissão tem que definir o sistema eleitoral do país e deixar para a Comissão da Organização dos Poderes e Sistema do Governo a decisão sobre o mandato", disse Prisco Viana. O deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), relator da Comissão da Organização dos

Poderes, prega um mandato de quatro anos.

A aprovação dos quatro anos para presidente, na madrugada de ontem, foi tumultuada. Tudo começou quando o deputado Robson Marinho (PMDB-SP) submeteu ao plenário um pedido para suprimir o relatório de Francisco Rossi e artigo que tratava dos mandatos dos ocupantes de cargos do Executivo, que previa quatro anos. Antes do início da votação, o deputado Saulo Queiroz (PFL-MS) consultou o presidente da Subcomissão do Sistema Eleitoral, Israel Pinheiro, se depois poderiam ser votadas emendas que modificassem a decisão. Israel disse que sim. Resultado: o PFL colaborou para a aprovação da tese dos quatro anos por doze votos a oito e, no final, Israel votou atrás e avisou a Saulo Ramos que nada mais poderia ser alterado.



O relator da Comissão da Organização Eleitoral, Prisco Viana, defende 5 anos

## Pefelista afasta Cristina Tavares de subcomissão

O presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e Comunicações, Aroide de Oliveira (PFL-RJ), destituiu a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) do cargo de relatora da Subcomissão. Os relatores das Subcomissões são membros natos da Comissão de Sistematização e a substituição pode alterar a correlação de forças nesta Comissão. A ação de Oliveira provocou discussões entre o senador Mário Covas (PMDB) e o deputado José Lourenço (PFL). O deputado Ulysses Guimarães convocou uma reunião dos líderes do seu partido e relatores das Comissões para as 21h.

## Comissão de Organização do Estado

### Aprovadas eleições diretas para governador do DF

Pela proposta aprovada pela Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, haveria eleição direta para governador do Distrito Federal no dia 15 de novembro de 1988. O mandato do primeiro governador eleito da capital federal seria de dois anos assim como os mandatos dos primeiros deputados estaduais. A partir daí, eleições para o governo e Assembleia Legislativa a cada quatro anos. A proposta, porém, não tem grande chance de vir a ser aprovada na Comissão da Organização do Estado, devido ao argumento de que seria necessário para manter o poder central do país longe de pressões políticas.

Estados - Seis novos Estados seriam criados pela proposta aprovada pela

Subcomissão dos Estados: Juruá, com parte do Amazonas; Tocantins, no norte de Goiás; Maranhão do Sul; Tapajós, parte do Pará; Santa Cruz, no sul da Bahia, e Triângulo, formado com o chamado triângulo mineiro. Os atuais territórios de Roraima e Amapá ganhariam o "status" de Estado e o Rio de Janeiro poderia decidir em plebiscito se quer voltar a ser dividido entre Guanabara e o Estado do Rio. De todos, têm mais chance de virar os Estados de Tocantins, Maranhão do Sul e Triângulo. Na Comissão da Organização do Estado está prevista a apresentação de proposta de criação de um sétimo: o do Iguazu, no oeste de Santa Catarina.

Municípios e Regiões - A proposta

aprovada pela Subcomissão dos Municípios e Regiões dá maior autonomia aos municípios, através de mais dinheiro e mais poder. O dinheiro viria na forma de 30% da receita tributária recolhida pela União e o poder através da possibilidade de cada município votar uma Constituição local. Tudo fiscalizado por um conselho de ouvidores: cidadãos eleitos pelo voto direto e secretário da comunidade para acompanhar toda a administração. Os ouvidores não receberiam salário e teriam poder para providenciar a demissão de funcionários relapsos e criminosos denunciados pela população. Os 30% da quota tributária seriam distribuídos de forma a compensar os Estados mais pobres.

## Comissão da Soberania

### Congresso poderá decidir sobre a captação de divisas

O parecer aprovado pela Subcomissão da Nacionalidade e Soberania dá ao Congresso a atribuição de decidir sobre os contratos de captação de recursos financeiros no exterior. O relator, deputado João Herrmann (PMDB-SP), não conseguiu fazer aprovar sua proposta de dar nacionalidade brasileira a todos os estrangeiros que vivem clandestinamente no Brasil. O parecer estabelece também que o Estado exercerá permanentemente soberania política e econômica sobre todos os recursos naturais que se encontram em seu território e sobre os bens criados pelo empenho e pelo trabalho de seu povo.

cos, dos Direitos Coletivos e Garantias - A subcomissão, cujo relator é o deputado Lysaneas Maciel (PDT-RJ), aprovou vários pontos inovadores, entre os quais a redução da idade mínima para o voto (de dez para dezesseis anos). Mantém, porém, o voto obrigatório. O parecer defende ainda o "voto destituído", ou seja, o direito de os eleitores revogarem o mandato de eleitores que tenham perdido a confiança popular. O parecer introduz a iniciativa popular para a proposição de lei (através de proposta assinada por quinze mil eleitores) e de emenda da Constituição (através de proposta com trinta mil assinaturas de eleitores).

Dos Direitos e Garantias Individuais - A subcomissão rejeitou a proposta do deputado Farabúini Jr., que previa a pena de morte para os crimes de roubo, sequestro e estupro quando reincidentes e seguidos de morte. Estabeleceu, porém, a pena de prisão perpétua para esses crimes. Já a questão do aborto foi deixada em aberto, a ser decidida por legislação ordinária. Foi estabelecido o "habeas data", ou seja, o direito do cidadão ter acesso às informações a seu respeito existentes em bancos de dados ou arquivos públicos ou privados.

## Comissão de Sistema de Governo

### STF não aceita criação de Tribunal Constitucional

O relator da Subcomissão do Poder Judiciário, Plínio Sampaio (PT-SP), propunha a criação de um Tribunal Constitucional, o que provocou forte oposição por parte dos membros do Supremo Tribunal Federal (STF). A Subcomissão acabou aprovando uma fórmula intermediária: a criação de uma seção especial do STF, encarregada de tratar de assuntos referentes à Constituição. Uma parte dos membros dessa seção seria indicada pelo Congresso e outra parte pelo presidente da República. O relator também não conseguiu aprovar a extinção da Justiça Militar. A

das prerrogativas do Legislativo — foi consensual entre os seus membros. O texto aprovado dá poderes ao Congresso para aprovar e derrubar gabinetes — num sistema de parlamentarismo misto — e também para influir na elaboração dos planos de governo e da proposta orçamentária da União. Os parlamentares ganham também poderes para aprovar a diretoria do Banco Central e do Banco do Brasil, ministros dos tribunais superiores e membros do Conselho Monetário Nacional. As comissões técnicas podem convocar diretamente ministros e formar comissões de inquérito com poderes semelhantes aos das autoridades judiciárias.

mandato do presidente foi definida em cinco anos pela Subcomissão do Poder Executivo. Essa discussão polarizou-se entre os que defendiam cinco anos de mandato para Sarney e os que defendiam quatro. Venceu a proposta de cinco, por 16 votos contra 7. A Subcomissão optou pelo parlamentarismo misto: cria-se a figura do primeiro-ministro e o Congresso passa a participar diretamente do governo, mas o presidente mantém várias de suas atuais prerrogativas. Uma parte do governo — os ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica, Relações Exteriores e dos Gabinetes Civil e Militar — fica subordinada diretamente ao presidente, não estando sujeita a "moções de desconfiança" do Parlamento.

## Comissão da Organização Eleitoral

### Subcomissão aprova adoção de sistema eleitoral misto

A Subcomissão do Sistema Eleitoral aprovou a instauração de um sistema eleitoral misto, em que metade dos deputados são eleitos pelo voto distrital e, a outra metade, pelo voto proporcional. Os Estados seriam divididos em distritos e cada um deles elegeria um único candidato, em pleito majoritário. Foi rejeitada a proposta de voto obrigatório dos dezesseis anos, defendida pelo relator da subcomissão, deputado Francisco Rossi (PTB-SP). Também não passou a proposta de reduzir o mandato dos senadores, de oito para quatro anos. Após uma discussão que se estendeu até a madrugada de ontem, a subcomissão aprovou, por maioria, um mandato de quatro anos para os próximos presidentes da República.

Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança - A subcomissão rejeitou todas as propostas de alteração do atual papel constitucional das Forças Armadas. Parlamentares de esquerda foram derrotados ao propor a criação de um Ministério da Defesa (que substituiria os atuais ministérios militares), a extinção do serviço militar obrigatório e a limitação do papel das Forças Armadas aos assuntos externos. Foi aprovada a criação do Estado de Defesa e do Estado de Sítio. Foi mantido o Conselho de Segurança Nacional, que passará a contar com a participação dos presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal.

De Garantia da Constituição,

Reforma e Emendas - Foi aprovada a criação de um Tribunal Constitucional, que abarcaria parte das atuais atribuições do Supremo Tribunal Federal. Essa decisão colide com o parecer aprovado pela Subcomissão do Poder Judiciário, que, rejeitando a proposta do Tribunal Constitucional, optou por criar uma sessão especial do STF encarregada de julgar assuntos constitucionais. A subcomissão aprovou, apesar do voto contrário de vários de seus membros, a proposta de que a nova Constituição seja submetida a um referendo popular. Foram aprovados dispositivos que pretendem desestimular golpes de estado e que prevêm a possibilidade de eleitores e Assembleias Legislativas proporem a reforma da Constituição.

## Comissão da Ordem Econômica

### Proposta reduz a atuação do Estado na economia

O anteprojeto aprovado pela subcomissão reduz o papel do Estado na economia ao consagrar o princípio de que a ordem econômica "é função da livre iniciativa". O Estado só poderá atuar para organizar setores de interesse coletivo e que não possam ser desenvolvidos pela livre iniciativa. As empresas estatais não poderão gozar de benefícios que não possam ser estendidos às empresas do setor privado. A reserva de mercado foi eliminada do texto final do anteprojeto, enquanto o monopólio estatal será restrito à pesquisa e lavra de petróleo, e à pesquisa, lavra e enriquecimento de minérios nucleares.

usucapiam para propriedades urbanas acabou caindo por terra na proposta final da subcomissão. O texto original previa o direito de posse a quem ocupasse por doze anos ininterruptos, de boa fé e sem oposição, terreno urbano, desde que não fosse proprietário de imóvel rural ou urbano. O artigo aprovado, entretanto, modificou para cinco anos, ininterruptos, de boa fé, sem oposição e com justo título, o prazo para que os posseiros urbanos com até 250 metros quadrados de área possam requerer o seu domínio. O projeto estabelece "prévia e justa indenização" em dinheiro e a preços de mercado para as desapropriações em área urbana.

Fundiária e Reforma Agrária - As fortes divergências entre as alas progressista e conservadora da subcomissão resultaram num anteprojeto final de apenas dois artigos: 1- "é garantido o direito de propriedade de imóvel rural, que deve cumprir uma função social". 2- "a Justiça Federal criará Varas Especiais para resolver conflitos fundiários nas regiões de tensão social". A proposta original do relator Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), que previa entre outros a limitação de imóvel rural a cem módulos rurais, ficando o excedente sujeito à desapropriação para fins de reforma agrária, foi atropelada pelo substitutivo do deputado Rosa Prata (PMDB-MG). No entanto, cinco dos sete artigos desse substitutivo foram rejeitados.

## Comissão do Sistema Tributário

### Sistema Financeiro rejeita a estatização dos bancos

O tabelamento dos juros reais em 12% ao ano e a estatização da rede bancária, propostas polêmicas que mudariam a face do sistema financeiro nacional, não foram contempladas no anteprojeto final da Subcomissão do Sistema Financeiro. Os constituintes, entretanto, aprovaram a ampliação dos poderes do Congresso Nacional para interferir e decidir sobre matérias financeiras a partir da criação da Comissão Especial Mista Permanente, cuja função seria analisar as decisões monetárias do Poder Executivo e, até mesmo, sustentá-las com o referendo do Congresso, e o fim do Conselho Monetário Nacional. Ficam extintas as cartas patentes e os bancos estrangeiros ficam proibidos de captar depósitos no Brasil.

Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira - O anteprojeto final do relator José Luiz Maia (PDS-PI) prevê dois orçamentos para o setor público: da União e das empresas estatais. Ambos terão que conter planos de curto, médio e longo prazos e serão aprovados pelo Congresso Nacional. A distribuição dos recursos orçamentários obedecerá ao critério de proporcionalidade direta aos cidadãos e inversa a renda per capita. Dessa forma, o Norte, Nordeste e Centro-Oeste sairiam ganhando, enquanto o Sul e Sudeste perderiam recursos. O anteprojeto dá maiores poderes de fiscalização ao Tribunal de Contas da União, juntamente com o Poder Legislativo.

De Tributos, Participação e Distribuição de Receitas - O anteprojeto do relator Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) elimina a possibilidade do governo lançar mão de empréstimos compulsórios para reduzir o poder aquisitivo da população. Sua criação só será permitida para a arrecadação de recursos destinados a áreas afetadas por calamidade pública. Cabe ao governo federal tributar a importação, exportação, renda, produtos industrializados e operações de crédito câmbio e seguro. Aos municípios, caberá a taxa de propriedade predial e territorial urbana e as vendas a varejo. Os Estados terão recursos em principalmente através do ICM, que será ampliado.

## Comissão da Família

### Concessões de rádio e TV continuam com governo

O governo manteve o poder de distribuir canais de rádio e TV com a derrota da mais polêmica das propostas da Subcomissão da Ciência Tecnologia e Comunicação: a criação de um Conselho Nacional de Comunicação, representativo da sociedade, para cumprir a tarefa, além de definir uma política nacional de comunicação. Outra proposta derrubada contra voto da relatora, deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), e do grupo minoritário de progressistas, foi também retirada do anteprojeto original: a criação de conselhos editoriais, para donos e empregados de jornais e revistas discutirem linha editorial. Na área de tecnologia, passou a reserva de mercado para a informática. E não foram aprovadas

propostas de reaproveitamento de trabalhadores na automação nas empresas nem proibição da fabricação de armas nucleares.

Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso - A legalização do aborto foi rejeitada, apesar de tentativas de abrir exceções para os casos de estupro, má-formação fetal e gravidez de alto risco. Antes dos 14 anos, os menores estão proibidos de trabalhar e da mesma forma é vetada a manutenção de internatos do tipo Febem. Família, pelo anteprojeto, é considerada qualquer união estável entre homem e mulher, mesmo constituída fora do casamento. Saúde e alimentação são direitos previstos desde a concepção.

Educação, Cultura e Esportes - O projeto prevê ensino gratuito e obrigatório a partir dos seis anos de idade com duração mínima de oito anos. As verbas para o setor deverão passar de 15 para 18% e ficou proibido o repasse para escolas particulares. Escolas sem fins lucrativos e as geridas por confissões religiosas poderão manter provisoriamente o privilégio de receber verbas públicas. Para os professores, a subcomissão garantiu aposentadoria aos 25 anos com vencimentos integrais. Na área da cultura, destaca-se posição contra qualquer tipo de censura. Haveria apenas uma análise prévia classificatória para literatura infantil.

A proposta aprovada pela Subcomissão da Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente prevê um sistema único de saúde, que funcionaria através de ações integradas do governo federal, Estados e municípios. Na área de seguridade, o anteprojeto estabelece que todo cidadão tem direito a receber os benefícios, independente de contribuição. A aposentadoria poderia ser requisitada aos 65 anos e os recursos recolhidos seriam geridos por patrões, empregados e governo. Para o meio ambiente, a subcomissão aprovou o princípio do direito a uma vida "ecologicamente saudável e equilibrada, além da proibição de propaganda de cigarro, bebida alcoólica e medicamento.

Trabalhadores e Servidores Públicos - Estabilidade no emprego desde o primeiro dia de trabalho, jornada semanal de trabalho de quarenta horas e direito restrito de greve são alguns dos pontos mais importantes do projeto da subcomissão. Aos servidores públicos, garantiu o direito a sindicalização. Além disso, o anteprojeto prevê reajustes mensais de salário, férias anuais pagas em dobro, salário-mínimo fixado pelo Congresso Nacional e uma anistia ampla desde 1946, com direito a reintegração nos respectivos empregos, a todos os trabalhadores atingidos no período por atos de exceção.

De Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias - Discriminação é crime inafiançável. Este é o princípio básico do anteprojeto da subcomissão. Os índios terão suas terras demarcadas e a exploração das riquezas naturais e minerais do solo e subsolo passam para as próprias tribos, com aprovação do Congresso Nacional. A história do Brasil ensinada nas escolas deve ser reformulada, incluindo a participação das minorias. O Brasil não pode manter relações diplomáticas com países que desrespeitem os direitos humanos. E, para atender o interesse dos deficientes, foi aprovada a tese de educação gratuita básica e profissionalizante. Aos presidiários, o anteprojeto prevê melhores condições nas penitenciárias.

## Dropes

★ O PCB divulgou ontem no Rio nota oficial em que afirma que "o divisor de águas da vida nacional não pode ser o mandato presidencial, e sim uma política para tirar o país da crise e garantir a transição".

★ O ex-deputado Ailton Soares (SP) disse ontem que o mandato do presidente Sarney depende do sucesso do plano econômico que está sendo

elaborado pelo ministro Luiz Bresser Pereira (Fazenda); Soares será seu assessor especial para Assuntos Políticos do ministério.

★ O pastor luterano Wener Fuchs, da CPT no Paraná, foi condenado ontem em Curitiba pela justiça militar a seis meses de prisão com direito a surtos por ofensa ao Exército em 25 de julho passado, numa manifestação.

## Agendas

Executivo	
<b>Presidente</b>	Ministro da Irrigação 16h15 Ministro das Relações Exteriores, Interino 9h30 Ministro-chefe do Gabinete Civil 15h45
<b>Governador</b>	Ministro do Planejamento, Valdo Pavan 17h Secretário da Fazenda, José de Melo Ambien 17h Secretário da Fazenda, José Machado de Campos Filho 14h30 Presidente do CNPq, Crodônio José de Faria 14h30
<b>Prefeito</b>	Não foi fornecida

## Relatório da Reforma Agrária não agrada a membros do episcopado

Da Sucursal de Brasília

O relatório final da Subcomissão da Política Agrícola e da Reforma Agrária, com apenas dois artigos que nada dizem sobre o processo de reforma, causou insatisfação e decepção a alguns membros do episcopado. "Não sobrou nada, apenas dois artigos miseráveis", afirmou o bispo de Pelotas (RS), d. Jayme Chemello, 55. Ele acrescenta que, se o exemplo da subcomissão for seguida nas outras fases do Congresso constituinte, "não existirá nova Constituição". Segundo ele, até mesmo o constituinte mais preocupado com o país "não deixa de ser influenciado pela crise política, econômica e social e não tem tranquilidade para trabalhar".

D. Chemello afirma ainda que a nova Carta passou para o segundo plano, estando a crise econômica do país em primeiro lugar, acrescentando que "se confirma de forma bem pior" um perfil conservador do Congresso constituinte.

"Acinte"

O bispo de Guarabira (PB), d. Marcelo Pinto Calheira, é mais severo que o bispo gaúcho. Segundo ele, o tratamento dispensado aos assuntos da reforma agrária "é um acinte para a sociedade brasileira". D. Cavalheira disse que enquanto "reclamava-se que o Estatuto da Terra deveria ser aperfeiçoado com o plano de reforma agrária, no Congresso constituinte ele foi reduzido".

## Ulysses e Covas participaram da disputa política na reforma agrária

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, e o senador Mário Covas, líder peemedebista no Congresso constituinte — estiveram envolvidos na disputa pela definição do relatório da Subcomissão de Reforma Agrária. O resultado da disputa foi que não foi aprovado nenhuma proposta articulada. Cada um apoiou um nome diferente para suplente de Benedito Monteiro (PMDB-PA), que se ausentou na sessão que votou o parecer do relator Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), no sábado passado.

A subcomissão estava dividida entre treze "progressistas", favoráveis ao anteprojeto de Lima Filho, e doze "conservadores". Covas, que estava presente à reunião, indicou para a vaga o deputado Antero de Barros (PMDB-MS), "progressista",

suplente da subcomissão. O "conservador" Edison Lobão, presidente da subcomissão, recusou a indicação feita por Covas. Segundo relato de Osvaldo Lima Filho, Ulysses se recusou a apoiar Covas nessa questão e indicou um deputado do PL, o "conservador" Osvaldo Almeida (RJ). Com isso, a correlação de forças se inverteu, ficando os "conservadores" com treze constituintes, contra doze "progressistas".

Em maioria, os "conservadores" rejeitaram o relatório de Osvaldo Lima Filho e aprovaram que, em seu lugar, fosse votado o substitutivo do "conservador" Arnaldo Rosa Prata (PMDB-MG). No domingo à tarde, Benedito Monteiro já havia reassumido a vaga e ajudou os "progressistas", agora majoritários, a derrubar o substitutivo de Rosa Prata.

28-5-88